

## **Diminui a ociosidade na indústria da construção, revela Sondagem Indústria da Construção de janeiro**



O nível de utilização da capacidade de operação da indústria da construção subiu para 60% em janeiro e ficou dois pontos percentuais acima dos 58% registrados em dezembro de 2016. Com isso, a ociosidade do setor recuou para 40%, o menor nível desde julho de 2015, quando também ficou em 40%. Os dados integram a Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta quarta-feira (28/02) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

De acordo com a pesquisa, janeiro também registrou diminuição do ritmo de queda do nível de atividade e de emprego na construção. O índice de nível de atividade atingiu 45,6 pontos e subiu 6,3 pontos na comparação com janeiro de 2017. O indicador de número de empregados ficou em 43,9 pontos, ou 5,5 pontos maior do que o de janeiro do ano passado. Mas os dois indicadores continuam abaixo dos 50 pontos o que indica queda na atividade e no emprego.

Com o fraco desempenho da atividade e a ociosidade ainda elevada, os empresários estão pouco dispostos a investir. O índice de intenção de investimentos ficou em 32,1 pontos em fevereiro, igual ao de janeiro, mas está 5,3 pontos acima do registrado em janeiro de 2017. O indicador varia de zero a cem pontos e quanto maior o índice, maior é intenção de investimentos do setor.

O índice de confiança dos empresários da construção ficou em 57 pontos em fevereiro, 0,9 ponto abaixo do de janeiro, mas continua acima da média histórica de 52,8 pontos. Embora mantenham o pessimismo com as condições atuais das empresas, os empresários apostam na melhoria dos negócios para os próximos seis meses.

Apesar do recuo registrado em fevereiro, os indicadores de expectativas continuam acima da linha divisória dos 50 pontos. Isso mostra que os empresários continuam otimistas e esperam o crescimento do nível de atividade e do emprego, de novos empreendimentos e serviços e da compra de insumos e matérias-primas nos próximos seis meses. **A Sondagem Indústria da Construção** foi realizada entre os dias 1º e 19 de fevereiro junto a 608 empresas do setor. Dessas, 205 são pequenas, 269 são médias e 134 são de grande porte.



## Segurança jurídica na infraestrutura pauta reunião do Coinfra/CNI





“Qualquer pessoa com um pouco de bom senso no Brasil sabe que o principal problema nacional se chama insegurança jurídica”, afirmou José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em reunião do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (Coinfra/CNI). O encontro aconteceu nesta quarta-feira (28) e teve como foco a discussão em torno do tema “Gestão pública e segurança jurídica na infraestrutura”.

A preocupação da CBIC é que o cidadão comum não saiba que está pagando essa conta. “Um país que tem um grau de risco desse tamanho de insegurança jurídica paga mais caro”, disse Martins. Segundo o presidente da entidade, é preciso resolver os problemas estruturais: “Não tem jeito de continuar discutindo esse assunto sem encarar estruturalmente essa insegurança que temos”. O presidente do Conselho de Assuntos Legislativos (CAL) da CNI, Paulo Afonso Ferreira, elogiou a CBIC por ter entrado na essência da questão e também demonstrou preocupação. “A insegurança jurídica hoje está afetando profundamente a nossa atividade; e o desafio é enorme”, declarou.

Como consequência dessa insegurança está o grande número de obras paralisadas pelo País. Atualmente, são 517 projetos paralisados, segundo Armando Castelar, coordenador geral de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que fez um panorama da situação no Brasil. Os principais motivos de paralisação seriam por problemas técnicos, abandono pela empresa e dificuldades orçamentárias. Além disso, mais da metade das obras paralisadas estão com até 50% de conclusão. “A obra não completa não oferece o serviço a que se propõe e representa um custo gigantesco”, assegurou Castelar.

Dentre as medidas defendidas pelo setor da construção para reverter esse cenário estão os projetos de lei dos senadores Antônio Anastasia (PL 7.448/2017), que visa dar maior segurança jurídica, responsabilizando melhor os órgãos de controle; e José Medeiros (PLS 441/2017), que trata dos limitantes para a paralisação de uma obra.

Evaristo Pinheiro, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), afirmou que o PL do Anastasia conta com consenso parlamentar e “determina que a avaliação e a fiscalização sejam feitas não com base no controle formal, de meio, mas no controle finalístico da atividade”. Para ele, embora não resolva todos os problemas, “o projeto muda o jogo porque altera a percepção do relacionamento entre os órgãos de

controle e os gestores públicos”.

José Carlos Martins também disse que “a segurança jurídica deveria ser a pauta de uma nova campanha presidencial”. Para isso, a Coalizão Pela Construção busca criar propostas para levar aos presidentiáveis. O presidente do Sinicon reforçou: “Precisamos aproveitar esse ano, e talvez o próximo, para mudar o ambiente regulatório, senão não poderemos fazer engenharia no país”.

O tema tratado na reunião tem interface com o projeto “Melhoria da competitividade e ampliação de mercado na infraestrutura”, iniciativa da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC e do Senai Nacional.



## **STJ inicia julgamento de recurso sobre transferência de comissão de corretagem ao adquirente do MCMV**



*Foto: Baeta*

Iniciado hoje (28/02) o julgamento do recurso especial repetitivo nº 1.601.149 que trata sobre a validade ou não da transferência da comissão de corretagem ao adquirente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O setor da construção civil, segundo os advogados habilitados como *amicus curiae* (Secovi-SP, Sinduscon-PR e Abrainc), defende a aplicabilidade dos fundamentos declinados na oportunidade do julgamento do tema 938, o qual consignou a validade da transferência da cobrança de comissão de corretagem nas relações jurídicas de compra e venda de imóveis ao consumidor desde que previamente informado este fato ao adquirente.

Defenderam que tal tese também deveria ser aplicada no PMCMV ressalvados os casos da faixa 1 do Programa.

No entanto, o relator do recurso especial, o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgou improcedente o recurso ao fundamento de que o PMCMV vem dar concretude ao direito fundamental à moradia consagrado na Constituição da República e, portanto, transferir ao consumidor, neste caso específico, a cobrança de comissão de corretagem consolidaria obstaculização indevida e abusiva quanto ao acesso de famílias de baixa renda ao programa social, gerando resultado incompatível com o programa.

Sendo assim, sugeriu a seguinte tese: É abusiva cláusula contratual que transfira ao consumidor no âmbito do PMCMV a comissão de corretagem.

Após o voto do relator, pediram vista o Ministro Cueva e a Ministra Nancy Andrighi.



## Indústria da construção civil debate ética e *compliance* em Joinville



Joinville recebeu ontem (27/02) a 13ª edição do Seminário “Ética & *Compliance* para uma Gestão Eficaz”. Promovido pela CBIC e pelo Sesi Nacional, o evento já percorreu várias cidades brasileiras com o objetivo de debater a ética nos negócios e os mecanismos de controle e combate à corrupção. Em Joinville, a iniciativa contou com a parceria do Sinduscon Joinville e reuniu cerca de 80 pessoas no Salão Nobre da Associação Empresarial (ACIJ), além de especialistas sobre o tema.

A jurista Eliana Calmon, ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e especialista em Direito Público Administrativo e Tributário, destacou que ética é questão de sobrevivência. “O brasileiro precisa despertar deste sono profundo e fazer a sua parte. Não podemos mais esperar que o governo resolva tudo. Os políticos não vão mudar. A grande mudança está em nós”, disse. Mencionou as lições deixadas pela Operação Mãos Limpas, realizada há 25 anos na Itália. “Vivemos no Brasil uma situação muito parecida com a da Itália naquela época, mas a diferença é que o mundo mudou. A participação popular é essencial no combate à corrupção. Mais importante do que ser letrado ou especialista em leis é ser cidadão”, defendeu.

Reputação foi outro tema amplamente explorado. Doutor em Ciências Políticas e especialista em Comportamento Eleitoral e Instituições Políticas, Leonardo Barreto lembrou que, sem confiança, a indústria não avança. “Confiança está diretamente ligada à reputação, integridade e *compliance*. A gestão da reputação é um dos maiores desafios para as empresas”, avaliou, citando pesquisas sobre o tema. “Um estudo sobre integridade e ambiente de negócios revelou que 30% das empresas afirmaram desconfiar já terem perdido um contrato para um concorrente que pagou suborno e 40% disseram ter desistido de um contrato em razão de terem identificado risco de corrupção”, comentou. Consultor da CBIC na elaboração do Guia de Ética & *Compliance* da Construção Civil, Leonardo lembrou que a intenção do documento é ser um guia prático e aplicável ao dia a dia das organizações.

Para o coordenador do Centro de Apoio da Moralidade Administrativa do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), Samuel Dal-Farra Naspolini, a luta pela conformidade jurídica e o cumprimento às leis sempre foi um desafio às atividades produtivas. “A corrupção não é um fenômeno individual e muito menos um desvio de conduta de um único profissional. Infelizmente faz parte da estratégia de muitas empresas que se utilizam deste recurso para a manutenção de negócios. Por isso, a punição para pessoas jurídicas prevista na Lei Anticorrupção pode ser considerada uma revolução.”

“A reputação e a imagem afetam diretamente os negócios e, para a Tigre, temas como sustentabilidade, ética e *compliance* são considerados pilares de crescimento”, comentou o diretor Jurídico de Relações Institucionais e *Compliance Officer* da Tigre, Alencar Guilherme Lehmkuhl. Desde 2013, a Tigre conta com um Código de Conduta – atualizado em 2017 – e um Comitê de Ética. “Para ser sustentável, um negócio precisa estar alicerçado em pilares como rentabilidade financeira, respeito ao meio ambiente, responsabilidade social, ética e transparência”, afirmou.

“A história recente nos mostra que a forma de fazer negócios no Brasil precisa mudar e a CBIC defende a concorrência legal. É essencial aprimorar a discussão sobre ética e

*compliance* nas organizações e atuar diretamente na prevenção dos desvios”, enfatizou a presidente do Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da CBIC, Ana Cláudia Gomes.

“A sociedade está cansada da falta de honestidade, de compromisso e de valores. Não há mais espaço para desvios de recursos, inverdades e falta de transparência. É preciso modificar este quadro, sob pena de perdermos a esperança de construirmos um país mais justo e igualitário”, avaliou o presidente do Sinduscon Joinville, Mario Cezar de Aguiar.



Share



Tweet



Forward

## **Ministério das Cidades divulga propostas habilitadas para contratação de empreendimentos com recursos do FDS no MCMV**



Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (28/02) a Portaria nº 162 do Ministério das Cidades, que divulga as propostas habilitadas para a contratação de empreendimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Segundo a Portaria, os empreendedores que tiveram suas propostas habilitadas terão o prazo de até 30 dias, a partir de hoje, para efetivarem a contratação sob pena de serem automaticamente desabilitados.

Para acessar a Portaria nº 162 e a lista dos empreendimentos selecionados, **clique aqui**.



Share



Tweet



Forward

## **Ministro das Cidades divulga propostas habilitadas para**

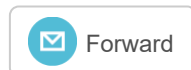
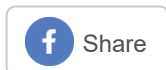
## contratação de empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural



*Foto: Gazeta do Cariri*

Também foi publicada nesta quarta-feira (28/02) a Portaria nº 163 do Ministério das Cidades que divulga propostas habilitadas para a contratação de empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para atendimento de famílias com renda familiar anual bruta de até R\$ 17 mil.

De acordo com a mencionada Portaria, os empreendedores que tiveram suas propostas habilitadas terão o prazo de até 30 dias, a partir de hoje, para efetivarem a contratação sob pena de serem automaticamente desabilitados. **Clique aqui** para acessar a Portaria nº 163 e a lista dos empreendimentos selecionados.



**Gilberto Occhi debate no Sinduscon-PE o mercado para 2018**



*Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil*

As "Perspectivas do Mercado Imobiliário e Infraestrutura para 2018 das Pequenas e Médias Empresas da Construção" é o tema a ser abordado pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Magalhães Occhi, durante o evento que será promovido pelo Sinduscon-PE em conjunto com a Ademi-PE e a Caixa Econômica Federal, na sexta-feira (02/03), na sede do sindicato, das 9h às 16h. A palestra de Occhi está programada para a parte da manhã. Após o almoço que será oferecido no local, será a vez da palestra "Atualização dos Procedimentos da Engenharia da Caixa para 2018", que será proferida pelo vice-presidente de Habitação da CEF, Nelson Antônio de Souza. Também estão confirmadas as presenças de Laércio Lemos de Souza, superintendente Regional da CEF, de Simone Benevides de Pinho Nunes, superintendente Regional da CEF-Caruaru, do diretor de Engenharia Nacional da CEF, Guilherme Estrada Rodrigues, do gerente de Engenharia Nordeste da CEF, André Fonseca, do gerente Executivo de Habitação da CEF GIHAB-RE, Valdecir Santos Reis, e do gerente Executivo de Habitação da CEF GIHAB-Caruaru- Bento Júnior dos Santos Pinto.



Share



Tweet



Forward

## **CII/CBIC antecipa datas das reuniões previstas para outubro e dezembro**

**CII**  
COMISSÃO DA  
INDÚSTRIA  
IMOBILIÁRIA

**CBIC**

A Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC informa alterações nas datas das reuniões previstas para o dia 26 de outubro, que foi antecipada para o dia 5 de outubro, na sede do Secovi-SP, em São Paulo, e a do dia 7 de dezembro, que será no dia 23 de novembro, em Porto de Galinhas (PE).



## AGENDA



### **01 de março**

#### **Workshop de Priorização e Desdobramento das Estratégias para a Formulação de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Indústria da Construção Civil**

**Horário:** 14h às 9h

**Local:** Sinduscon-DF – SIA Trecho 2 Lote 1125 – 2º andar – Ed. Dilson Funaro – Brasília-DF

### **08 de março**

#### **CANPAT Construção 2017/2018**

**Horário:** 8h30 às 16h

**Local:** Sede da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) – Vitória (ES)

### **15 de março**

#### **BIM – Oportunidade para inovar a indústria da construção e aumentar a transparência das compras públicas**

**Horário:** 8h30 às 12h30

**Local:** Royal Tulip Brasília Alvorada (SHTN Trecho 2 Conj. 1 Bloco C) – Brasília/DF



YouTube



Email



Website



Twitter



Facebook



Flickr



SoundCloud

**CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE**

**CBIC**

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando  
Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013

**[unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)**

**Inscreeva-se aqui para receber nossos informativos**